



EMENDA Nº - CCJ

(à PEC nº 6, de 2019)

Suprimem-se, na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019:

– a expressão “do respectivo ente federativo” no art. 40 da Constituição, conforme redação dada pelo art. 1º;

– as expressões “no âmbito da União,” e “e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante as respectivas Emendas às Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo” no inciso III do § 2º do art. 40 da Constituição, conforme redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019;

– a expressão “no âmbito da União,” no art. 149 da Constituição, conforme redação dada pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019;

– as expressões “federal” e “federais” dos arts. 3º, 4º, 5º, 8º, 10, 20, 21 e 22 da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019;

– o § 9º do art. 4º; o § 2º do art. 5º; o § 4º do art. 5º; o § 7º do art. 10; o § 4º do art. 20; o § 4º do art. 21; o parágrafo único do art. 22; o § 8º do art. 23; e o inciso III do art. 36 da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, renumerando-se os dispositivos seguintes, se for o caso.

JUSTIFICAÇÃO

Propomos emenda à reforma da Previdência para a inclusão de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Somos uma República Federativa e esta forma de organização do Estado brasileira é cláusula pétrea de nossa Constituição. Foi esta a importância que o constituinte deu ao federalismo.



SF/19331.69532-00



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

Trinta anos depois, vemos o federalismo ser tratado de forma inconsequente por contingências políticas do momento de caráter menor. Não há motivação republicana em resolver a crise fiscal da União e dificultar sua solução nos Estados e nos Municípios, justamente aqueles que prestam na ponta os serviços públicos mais básicos e essenciais ao cidadão brasileiro.

É uma ilusão acreditar que União se encontrará em situação fiscal tranquila reformando somente a previdência federal. É claro que Estados e Municípios que se tornarem insolventes vão pedir socorro justamente no âmbito federal.

A competência para tratar de previdência sempre foi do Congresso Nacional. Lançá-la, justamente, em um momento de crise para os Estados e Municípios é pedir para que o ajuste não seja feito. Trata-se de tema técnica e politicamente difícil, que as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais não têm tradição de cuidar.

Este movimento inconsequente pode retardar ou inviabilizar o necessário ajuste fiscal em diversas regiões do País. O déficit previdenciário dos servidores estaduais é, além de injusto, custoso para a sociedade. Ele é da ordem R\$ 1 mil por brasileiro em cada ano, tamanha sua magnitude. Ele cresce, e vai consumir cada vez mais recursos da saúde, da educação.

Vemos, na análise desta PEC 6, que houve um esforço meticuloso de dificultar a inserção de Estados e Municípios na reforma. São dezenas de expressões que permeiam o novo texto constitucional e a pretensa emenda constitucional.

Esta é a Casa da Federação: no Senado, não compactuamos com este tipo de expediente.

Apresentamos como antídoto essa emenda, que anula todos esses artifícios e permite que as novas regras de aposentadorias e pensões sejam aplicáveis a todos.

Ciente da importância desta proposta para o futuro do Brasil, peço o apoio dos eminentes pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão,

Senador JADER BARBALHO



SF/19331.69532-00